



Supremo de chuteiras

SUPREMO EM PAUTA

12 maio 2014 | 15:10

Em 07 de maio, o STF declarou a constitucionalidade da Lei Geral da Copa, questionada em diversos artigos – como a isenção de custas processuais à Fifa e concessão de prêmios a ex-jogadores. O principal ponto, entretanto, tratou da norma que transfere à União os custos da responsabilidade por “qualquer incidente ou acidente de segurança” relacionados com os eventos da Fifa. Na prática, isso quer dizer que os danos decorrentes das eventuais manifestações populares contra a Copa serão arcados pelo orçamento federal. Do torcedor que sofreu um dano por não ter chegado ao jogo até empresas que tiverem vidros quebrados ou ônibus queimados. A lei é ampla e os casos que podem ficar na conta da União não são claros.

A Administração Pública tem uma série de restrições legais para realizar atos e contratos, com o objetivo de garantir negócios e bons frutos em prol do interesse público e em benefício da sociedade. É evidente que sediar um evento como a Copa envolve a negociação de uma cláusula de responsabilidade como essa, mas fica a dúvida: é juridicamente permitida a negociação nesses termos?

Em sua decisão, o STF declarou que essa negociação é permitida por nossa Constituição. Contudo, fez isso em termos curiosos. A maior parte do tempo dos debates foi dedicado a considerações sobre a excepcionalidade da Copa, a ligação cultural do país com o futebol e a “pátria de chuteiras”. Alguns votos fizeram alusão ao fato de a adesão à Copa ser um fato puramente político que não caberia ao Judiciário controlar. Outros se mantiveram adstritos a considerações mais técnicas. O resultado final é a União como seguradora da Copa.

A única voz resistente foi a de Joaquim Barbosa, que bradou contra a ingenuidade do Tribunal frente ao grande “business” da Fifa e alertou que essa ação julgada ontem não passa de uma cortina de fumaça.

Por Rubens Glezer e Eloísa Machado, coordenadores do Supremo em Pauta da FGV DIREITO SP.

As informações e opiniões expressas neste blog são de responsabilidade única do autor.